

RIBEIRO, Ana Elisa; VILELA, Ana Maria Nápoles; COURA-SOBRINHO, Jerônimo; SILVA, Rogério Barbosa da. (Orgs.) *Linguagem, tecnologia e educação*. São Paulo: Peirópolis, 2010.

**Érica Cristina dos Santos
Liliane de Oliveira Neves
Simone Cristina Menezes Salgado
CEFET-MG**

A questão do letramento digital tem sido muito discutida nas e pelas escolas, no que diz respeito às relações entre linguagem, tecnologias digitais e ensino/aprendizagem, à inclusão digital, ao impacto da escrita em ambiente digital, à interatividade entre os sujeitos, à diversidade de gêneros, entre outros. Nesse sentido, o livro *Linguagem, tecnologia e educação* nos traz uma coletânea de textos escritos por diversos autores e tem como eixo as relações de linguagem, educação, hipertexto, tecnologias digitais e outros conteúdos que abrangem o letramento digital. A obra é estruturada em três partes que reúnem vinte e três artigos, distribuídos em trezentas e onze páginas. Na primeira parte, aborda-se o letramento digital; na segunda, são discutidas questões sobre texto, gênero textual e tecnologia e, na terceira, investe-se no ensino de línguas. Os organizadores são Ana Elisa Ribeiro, Ana Maria Nápoles Villela, Jerônimo Coura Sobrinho e Rogério Barbosa da Silva, todos professores vinculados ao Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Os autores da primeira parte discutem, com muita clareza, aspectos relacionados à alfabetização, letramento digital, hipertextualidade, ciberespaço, preconceito e identidade linguísticos. O texto de abertura, *Alfabetização e letramento em contextos digitais: Pressupostos de avaliação aplicados ao software HagáQuê*, das autoras Márcia Helena Mesquita Ferreira e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (mestranda e doutora em educação pela UFMG, respectivamente), salienta a necessidade urgente de uma revisão dos processos de ensino e aprendizagem, utilizando as tecnologias digitais como metodologia de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, surgem vários softwares educacionais que não

devem, contudo, segundo elas, ser meras reproduções de material educacional impresso.

Maria Ilse Rodrigues Gonçalves (doutora em educação pela Universidad Nacional de Educación a Distancia), em *Internet – diferencial proporcionado pelas linguagens digitais e pela telemática*, compara o trabalho com o hipertexto a materiais tradicionais de ensino, como o impresso. A utilização do hipertexto na aprendizagem, segundo a autora, impõe a revisão de uma série de conceitos como autor, texto, entre outros. A despeito das inovações incutidas no hipertexto (ligação entre informações, várias possibilidades de leitura e acesso, etc) e trazidas por ele (questionamento sobre a noção de autoria, de texto, etc), ainda há relações de semelhança entre ele e o texto impresso, como presença de índice, legendas, entre outras. Por fim, a autora ressalta a necessidade de se adaptar os contextos tradicionais às novas tecnologias, no intuito de problematizar e instigar o diálogo, a reflexão e a participação do aluno, constituindo-se uma educação que enfatiza o processo.

A Hipertextualidade constitutiva do discurso de informação televisiva, de Giani David Silva e Jerônimo Coura Sobrinho (ambos doutores em Estudos Linguísticos pela UFMG e professores do Mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), enfoca a hipertextualidade dos telejornais. O texto dispõe sobre as múltiplas relações que envolvem os diferentes signos verbais, gestuais e icônicos, bem como os cruzamentos com informações fornecidas pelo veículo de comunicação e outros contextos. Dessa forma e, considerando que há sempre algo implícito nas informações, os autores afirmam que a construção de sentidos do discurso informativo, a exemplo do veiculado pelos telejornais, ressalta o caráter hipertextual de sua constituição.

O texto *Novos letramentos e apropriação tecnológica: conciliando heterogeneidade, cidadania e inovação em rede*, de Marcelo El Khouri Buzato (doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp), nos apresenta informações acerca dos novos letramentos, envolvendo linguagens inerentes à apropriação tecnológica e à inovação, exigindo do leitor conhecimento sobre a Web 2.0, utilizada como metáfora de uma Educação 2.0. O autor questiona a educação centrada em inovações ascendentes, propondo uma adequação do uso que hoje é feito dessa tecnologia.

Logo em seguida, Jaqueline Barreto Lé (doutoranda em Linguística pela UFRJ) discute os conceitos de *dado* e *novo* e, com isso, propõe o debate acerca da categorização novo/evocado/ inferível na Web. Para isso, a autora escreve sobre hipertexto, inferência e gêneros no artigo *Hipertexto e fluxo informacional: considerações sobre o dado e o novo na web*. Segundo Lé, “os gêneros digitais e, mais propriamente, as suas especificidades materiais no hipertexto constituem atualmente um importante

meio de se investigar o processamento linguístico da informação e as próprias bases da textualidade” (p.75).

Ana Elisa Novais (mestre em Linguística Aplicada pela UFMG e professora da UFOP) fala das *Experiências genuinamente digitais e a herança do impresso: o que ajuda na interação com as interfaces gráficas*, e nos apresenta contribuições para o estudo da interação entre homem e computador, considerando a interface como um texto. De acordo com a abordagem exposta, conhecimentos prévios do “mundo analógico” nem sempre garantem uma relação satisfatória com a interface, mas outros conhecimentos prévios são acionados para auxiliar na interação com a interface.

Em *Movimentos sociais no ciberespaço: o cruzamento de duas origens discursivas*, Solange Mittmann (doutora em Letras pela UFRGS) nos apresenta explicações sobre o embate entre o discurso das TICs e o dos movimentos sociais. Para a autora, “a relação entre o que é próprio dos movimentos sociais e o que é próprio das tecnologias de informação e comunicação provoca um movimento de saberes”. (p.101)

Temos, então, *A explicação no letramento digital: reflexão preliminar sobre o ambiente de ensino-aprendizagem via web*, de João Gomes da Silva Neto (doutor em Educação pela UFRN) e Marineide Furtado Campos (mestre pela UFRN). O texto é caracterizado por uma pesquisa empírica e concentra seu interesse nos ambientes de ensino e aprendizagem via web, com foco no papel das interações verbais na construção de sentidos, em eventos orientados pela discussão e explicação de conceitos.

Logo adiante, Daniela Perri Bandeira (doutora em Educação pela UFMG) nos mostra as *Trajetórias de estudantes universitários de meios populares em busca de letramento digital*, e questiona se a exclusão digital está mesmo com os dias contados, afirmando que a universidade espera alunos letrados digitalmente. Entretanto, de acordo com a autora, nem sempre os alunos correspondem a essa expectativa. A pesquisa feita por Bandeira partiu da necessidade atual de as pessoas estarem sintonizadas com as novas tecnologias para conseguirem desempenhar o mínimo de atividades acadêmicas, sem que haja a dependência de auxílio dos colegas, funcionários e professores.

A temática do texto de Regina Cláudia Pinheiro e Ana Cristina Lobo-Sousa (mestres em Linguística pela UFC) é uma pergunta interessante e que merece reflexões: *Letramento digital e desempenho acadêmico em cursos de EaD via internet: uma relação de interferência?* Com uma metodologia bem delineada e “com a tentativa de mapear o nível de letramento digital de alunos de graduação”, as autoras concluem que não há a suposta relação de interferência, mas que é necessário buscar o

letramento digital para cada contexto de atuação. Diante disso, e aliadas ao pensamento de Buzato (2004), as autoras afirmam que “o letramento digital é uma capacidade que deve ser adquirida por todos aqueles que se inserem em determinados contextos, considerando objetivos específicos de suas atividades” (p.135).

Em *Preconceito e identidade lingüística: crenças de estudantes de um curso de educação a distância*, Geórgia Maria Feitosa e Paiva (doutoranda em Linguística pela UFC) e Maria Elias Soares (doutora em Letras pela PUC Rio) fazem uma discussão acerca de crenças e preconceitos sociais relacionados ao “estilo” linguístico de algumas pessoas. Fugir do padrão, para muitos, é motivo de repúdio e isso pode ser considerado uma subestimação e intolerância da cultura do outro.

Enfim, o texto *Letramento digital e suas contribuições à formação acadêmica e profissional*, de João Wandemberg Gonçalves Maciel (doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UFPB) e Joselito Elias Cipriano de Lima (graduando em Relações Internacionais pela UEPB) encerra a primeira parte do livro descrevendo uma pesquisa realizada com alunos da UEPB. Apesar de bem estruturado, o texto aponta conclusões contraditórias: inicialmente, afirma que o uso das tecnologias digitais contribui para a formação acadêmica dos alunos e que eles têm facilidade diante do hipertexto; porém, logo em seguida, aponta “inúmeras dificuldades” apresentadas pelos alunos nesse quesito e, mais adiante, afiança que as pesquisas realizadas pelos alunos na internet geralmente não alcançam o objetivo proposto, além de ressaltar que a orientação dos professores é falha.

Abre-se, então, a segunda parte do livro com *Teoria e prática dos gêneros digitais nos documentos oficiais da área de Letras*, de Ana Maria Nápoles Villela (doutora em Estudos Lingüísticos pela UFMG e professora do Mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), que discute como as propostas curriculares vinculadas ao curso de Letras das IFE’s conseguem subsídios teórico-práticos para que os gêneros digitais sejam objetos de estudo para os futuros profissionais de Letras e, a partir disso, serem objetos de ensino e aprendizado. A autora acredita que, como a linguagem é uma atividade que proporciona a interatividade entre os sujeitos e, com isso, o sujeito se torna um sujeito social, é de suma importância que o profissional de Letras esteja preparado para o mercado de trabalho. Isso significa ser proficiente para utilizar a língua em diversas situações de comunicação.

Em seguida, Benedito Gomes Bezerra (doutor em Letras pela UFPE) discute, em *Ler e escrever no Orkut: práticas discursivas dos alunos na visão dos professores*, as práticas discursivas mediadas por computador, em que explora o site de relacionamento Orkut. Essa discussão, segundo

ele, passa por uma constatação e por uma pergunta, a saber: a) “não é possível utilizar o Orkut sem ler e escrever”; b) “se os alunos, ao usarem o Orkut, escrevem e leem na maior parte do tempo, a escola está certa em manter uma postura de desprezo, ignorância ou condenação diante dessas práticas?”. A partir desses dois pontos centrais, Bezerra discute sobre a possibilidade de relacionar as práticas de leitura e de escrita extraescolares com as que a escola deseja aprimorar.

No mesmo eixo, em *As práticas de escrita em scraps do Orkut: apenas a transmutação dos gêneros bilhetes e recados?* Verena Santos Abreu (mestranda de Estudos em Linguagens UNEB-BA) traz uma rica discussão acerca de gêneros discursivos e como se dá a transmutação desses gêneros para o meio digital. A partir disso, a autora põe em jogo o uso de scraps escritos no Orkut e alguns bilhetes escritos em papel, bilhetes esses que, supostamente, deram origem ao scrap. Abreu confirma a hipótese de que em bilhetes produzidos em atividades do meio escolar há indícios da escrita digital.

Uma proposta de classificação dos links hipertextuais a partir de critérios navegacionais e informacionais é trabalhada por Débora Hissa (mestre em Linguística Aplicada pela UECE), que propõe estabelecer uma relação entre organização da informação no ambiente virtual e a variedade de links existentes, ou seja, como essa organização revela que esses links são “elementos-chave” e são indispensáveis para a navegação e construção de sentidos no hipertexto. Dessa forma, a autora desenvolve uma categorização e definição dos links que existem no hipertexto e chega à conclusão de que há uma estrutura organizacional frequentemente observada em hipertextos e que cada um destes tem características especiais e diversas de apresentação.

Em seguida, Sandro Luis da Silva (doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP e professor da UFLA) nos fala das *Explorações da linguagem na aula de comunicação: o chat educacional*, e defende a ideia de que a tecnologia é uma das estratégias didáticas que pode fazer com que a aula se torne mais didática, promovendo, assim, a interação entre os estudantes. A partir dessa ideia, o autor propõe realizar uma reflexão sobre o uso do computador, em bate-pato, por alunos do primeiro semestre de um curso de Administração. Partindo do pressuposto de que a adaptação do ensino às transformações que acontecem exige profundas mudanças nos saberes que o sistema educacional transmite, Silva afirma que trabalhar com o gênero digital *chat educacional* pode levar o aluno a perceber a importância da linguagem na sala de aula e da interação entre os sujeitos.

Enfim, chegamos à terceira parte do livro, em que os organizadores selecionaram textos relevantes sobre *Ensino de Línguas*. São seis textos

que versam sobre a prática pedagógica no ensino de línguas utilizando ferramentas digitais, sua aplicabilidade e otimização dentro do contexto da aprendizagem significativa. E os autores que deram início a essa discussão foram Hércules Toledo Corrêa e Gláucia Jorge (doutores em Educação pela UFMG e professores da UFOP), com o texto *Reflexões sobre o ensino de leitura e produção de textos acadêmicos: disciplinas presenciais e ambientes virtuais de aprendizagem*. Eles partem de uma contextualização histórica inerente à condução do componente curricular Leitura e Produção de Textos, afirmando a natureza prática dessa disciplina. De maneira muito apropriada, eles objetivam contribuir para uma melhor análise e compreensão das práticas pedagógicas de leitura e escrita de alguns gêneros acadêmicos mais utilizados até o momento e como esses gêneros são “usados” em ambiente virtual.

Logo em seguida, Ana Elisa Ribeiro (doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, com pós-doutorado em Comunicação Social pela PUC-MG e professora do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), através de *Retextualização, multimodalidade e mídias no ensino de Português*, relata a estratégia utilizada em atividade desenvolvida em sala de aula com alunos do primeiro período de graduação em engenharia. Essa atividade foi composta de leitura de texto impresso, audição, ponderações e reestruturação adequada do texto apresentado em suportes distintos. Com isso, a autora solidifica a necessidade de adequação do texto ao contexto, referendada pelos conceitos apresentados de retextualização e multimodalidade, e o uso prático de mídias diversas para o ensino e compreensão da língua materna em situações que extrapolam os limites da escola, às vezes não percebidos pelos discentes.

O texto seguinte aborda *O fórum educacional em cursos virtuais de língua estrangeira como ferramenta de interação: uma análise crítica de duas experiências*. Cibele Cecilio de Faria Rozenfeld, Kátia Silene Gabrielli e Ucy Soto (mestre em Linguística pela UFSCar e doutoranda e professora da Unesp-Araraquara; mestrandas em Linguística e Língua Portuguesa e professora da UNESP-Araraquara; doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp e professora da UFOP, respectivamente.) tratam das vantagens oferecidas pelo uso de novas tecnologias no ensino de línguas. “É necessário elaborar estratégias que permitam ao professor se fazer presente, a fim de motivar os alunos a interagirem...” (p.271) A partir disso, os autores afirmam que o professor, bem como a sua forma de mediação, poderão ser elementos decisivos para o sucesso ou fracasso do processo de aprendizagem, desde o momento de elaboração do curso e durante todo o processo de acompanhamento dos alunos.

Já Júlio César Rosa de Araújo e Rebeca Sales Pereira (doutor em Linguística e professor da UFC e graduanda em Letras pela UFC, respec-

tivamente) nos trazem *Café e idiomas da web: o Live Mocha na aprendizagem de línguas estrangeiras*. Através de uma análise dos recursos hipertextuais disponibilizados pelo programa e de opiniões colhidas de alguns de seus usuários de várias nacionalidades, os autores tecem considerações sobre as contribuições expressivas do programa em questão na aprendizagem de idiomas, bem como ressaltam possíveis lacunas não preenchidas por ele.

Em seguida, João da Silva Araújo-Júnior (mestre em Linguística Aplicada pela UECE e professor da UFMA) nos apresenta o texto *O hiperleitor/aluno de língua estrangeira: a um clique da autonomia?* A partir desse questionamento, ele procura conhecer alguns comportamentos e práticas de hiperleitores/alunos de língua espanhola diante do hipertexto em língua estrangeira. Apesar de muitos discursarem sobre a aprendizagem autônoma a partir do advento da internet, o autor, em sua investigação, conclui que muitos alunos ainda utilizam estratégias de leituras de hipertexto semelhantes àquelas empregadas em sala de aula, na leitura de textos impressos.

Por fim, Bárbara Cristina Gallardo (mestre em Letras pela UFSC, doutoranda em Linguística Aplicada da Unicamp e professora da Uemat) fecha a última parte do livro, sugerindo uma inovação tecnológica no ensino-aprendizagem de inglês, através de sites de redes sociais internacionais. *Letramentos digitais e aprendizagem de língua inglesa nas redes sociais virtuais* amplia a discussão sobre o ensino de línguas ao tratar efetivamente do desenvolvimento de letramentos específicos para que as interações aconteçam, inclusive o socioafetivo e o crítico, importantes para os usuários que participam de redes sociais *on-line* na construção de valores, juízos e implicações desencadeadas ao acessar determinado site. Corroborando textos anteriores, as inovações tecnológicas proporcionadas pelas hipermídias devem ser levadas para a sala de aula como forma de dinamizar a aprendizagem. Porém, afirma a autora: “é preciso conduzir experiências interculturais na língua alvo com foco nesses letramentos”.

Nessa rede de pesquisa de hipertextos, *Linguagem, tecnologia e educação* nos apresenta um diálogo entre diferentes pesquisadores e a forma como a linguagem aproxima as vertentes tecnologia e educação, numa perspectiva interdisciplinar e interativa. O que o material nos disponibiliza é justamente a possibilidade de ampliar as discussões entre teoria e prática na área de linguagem e tecnologias. Assim, o livro é recomendado a todos os interessados no ensino de línguas, que buscam na tecnologia uma ferramenta pedagógica para que o ensino se torne dinâmico, social e interativo.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM O MAL-ESTAR DE UM INTERVALO

Isadora MACHADO¹

AUROUX, S. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009.

*Todavia é mais salutar para o pensamento
caminhar pela estranheza do que instalar-se
no compreensível.*

“Logos (Heráclito, fragmento 50)”, de
Martin Heidegger.

Este texto versa sobre o livro *Filosofia da Linguagem*, de Sylvain Auroux.² Proponho a estas linhas que sejam a tentativa de trazer à tona as principais questões evocadas pelo autor, questões estas que estariam na agenda do campo que é conhecido como Filosofia da Linguagem. Tratar deste campo é todavia aventurar-se em caminhos pouco familiares aos linguistas de ofício, o que requer em primeira instância redescobrir o próprio caminhar. Com intuito de redescobrir o passo, tomarei esta obra de Auroux para desenhar um panorama problemático, de modo que as questões apresentadas por ele se confrontem.³

Ao exercitar a posição no *intervalo*⁴ Linguística<>Filosofia, pois que assim é possível tratar da Filosofia da Linguagem, é nítido que estarei “mal com os Filósofos por mor da Linguística, mal com os Linguistas por mor da Filosofia”⁵ A linguagem, afinal, nem sempre teve uma ciência que a chamasse de objeto, e bem antes de se pensar a possibilidade de uma ciência da linguagem, muitos foram os que se dedicaram a pensar seu estatuto. Que sabem os filósofos sobre a linguística, e que sabem os linguistas sobre a filosofia? Obviamente se trata de utilizar a questão como motor para pensar essa zona de intervalo que é a Filosofia da Linguagem, pois que coloque questões tanto para linguistas quanto

para filósofos. A história desse divórcio com a Filosofia não é privilégio da Linguística. Eis que “as ciências são filhas rebeldes da filosofia”⁶, e as Ciências da Linguagem participaram ativamente da rebelião, em que deu-se a ver que a tradição filosófica pressupôs ‘obstáculos epistemológicos’ a todas as ciências, mas que “a desconstrução desses obstáculos mostrou as ciências vítimas ainda deles, sem o saberem”.⁷

O divórcio entre Linguística e Filosofia teria se dado pela recusa da Filosofia por parte da Linguística: “a recusa das questões de essência, de origem e de universalidade”.⁸ A exclusão do que não seria científico e do que seria *fantástico* está correlacionado ao “processo pelo qual, na Europa do século XIX, uma linguística institucionalmente autônoma pode se dar a positividade de um objeto específico: *as línguas nelas mesmas e por elas mesmas*”.⁹ A despeito da aparente simplicidade desse processo, trata-se de um momento crucial para a história das ideias linguísticas: o momento em que, para se permitir a delimitação de um objeto, negam-se os domínios correlacionais. Não se trata de um processo maquínico, mas de reconhecer nesse movimento de delimitação dos saberes a própria prática científica. A pretensa autonomia da Linguística, no que se perde com esse gesto, já foi denunciada por Michel Pêcheux: os linguistas não podem mais ignorar que a autonomia de sua própria disciplina é conseguida por meio de um certo número de ignorâncias e de recalques, pois “linguistas durante a semana, lemos os poetas nos dias de Sabah”.¹⁰

As questões que a Filosofia instaura para a Linguística e que foram “recusadas” por esta estão discutidas em *Filosofia da Linguagem*. Auroux se vale da *racionalidade* como fio condutor para o intento de deslindar um campo que ele próprio reconhece como heterogêneo e marcado por reflexões de diferentes origens: “observações dos filósofos a respeito da linguagem, análises técnicas construídas a partir dos formalismos lógicos, avaliações do papel da linguagem comum, representações construídas a partir dos saberes positivos que tomam a linguagem como objeto” (p.7). Nesse aparato reflexivo, não se pode confundir ainda que a *filosofia da linguagem* não se reduz à filosofia das ciências da linguagem.

Auroux propõe a racionalidade como norte, mesmo sem tomar para si a afirmação, porque com intuito de traçar uma linha parte da premissa de que “o homem se define pela linguagem e pela razão, o que significa que, sem linguagem, não haveria racionalidade” (p.10). Dessa maneira, o homem poderia ser definido aristotelicamente como um “animal possuidor do *logos*”. As duas afirmações são amplamente controversas e suscitam laudas e mais laudas de discussão. Afinal, que tipo de arbitrário é este que nos interpreta como racionais? Cabe ao nosso intento apenas historicizar a discussão, e lembrar que nem toda a filosofia que trata a linguagem concordaria com esse pressuposto.

Nietzsche, para citar um entre tantos, afirma que a *razão* é apenas *metafísica da linguagem*: “A linguagem pertence, por sua origem, à época da mais rudimentar forma de psicologia: penetramos um âmbito de cru fetichismo, ao trazermos à consciência os pressupostos básicos da metafísica da linguagem, isto é, da razão” (GD/CI, “A razão na filosofia”, § 3). O problema fundamental aqui é que a *confiança na razão*, para Nietzsche, não passa de um *fenômeno moral* (M/AA, § 4), e como tal pode ter seu princípio genealógicamente proposto. Dessa maneira, não se pode facilmente aceitar que o humano se defina pela linguagem e pela razão, uma vez que a *sintomatologia dos afetos* também está interpretando a linguagem e a razão – o que chamamos *razão* é apenas interpretação de afetos.

Ao utilizar a linguagem e a razão como funções humanas, vêm à tona as discussões sobre o caráter proposicional da linguagem e sobre a natureza ou convenção da linguagem. Se nos diferenciamos dos animais pela linguagem e pela razão, seria preciso admitir que os animais possuem algo que não seja a linguagem. E nesse momento Auroux nos presenteia com um belo estado da questão, assumindo que “nossa linguagem se nos apresenta como um fenômeno histórico e contingente; não é insensato pensar que essa contingência é irredutível” (p.22).

De onde viria então essa faculdade humana que é a linguagem? É o que o século XVIII tentará responder, e, afirma Auroux (p.28), “a problemática sobre a origem (a origem da linguagem, mas também da sociedade, do direito, do Estado, etc) inaugura uma grande revolução filosófica, que vai separar a *natureza*, domínio da lei física e determinista, da *cultura*, domínio do direito, da história, da liberdade humana”. A capacidade de historicizar questões é uma característica de Auroux, que conclui não ser a análise das línguas a melhor forma de abordar a *questão da origem das línguas*, uma vez que isso implicaria reconstruir a língua primitiva – ou seja, reconstruir uma quimera.

Se o intento de reconstruir uma língua primitiva não logra, restaria interrogar então sobre a diversidade linguística, já que segundo algumas correntes da filosofia e bem discutido por Auroux, a humanidade exprimiria “de maneira arbitrária em diferentes línguas a mesma realidade apreendida de modo idêntico em um pensamento universal” (p.33). Diante do problema para o conhecimento que é o multilinguismo, chega-se à necessidade de *uma língua sobre tudo para todos*, com objetivos claros: a) reduzir o tempo de aprendizagem para se comunicar com o maior número de indivíduos; b) corrigir o que há de errado com as línguas naturais e que dificultam sua aprendizagem; c) suprimir problemas como a polissemia e a imprecisão; d) chegar a um vocabulário que apenas exprima a realidade; e e) vincular a constituição dos enunciados ao seu valor de verdade.

A diversidade linguística coloca outro problema para os filósofos, pois se antes “a concepção ontológico-universal do pensamento (significada pela linguagem) protege relativamente bem a universalidade da gramática” (p.46), o surgimento dos vernáculos demanda o domínio da pluralidade. A resposta a este problema será encontrada na proposição de gramáticas universais, que serão tomadas como introduções às gramáticas particulares. Fruto desse movimento, em 1660 aparece a renomada *Grammaire générale et raisonnée*, conhecida como *Gramática de Port-Royal*. Supondo a distinção entre gramática geral e gramática particular, apresenta duas qualidades pretendidas pela época: “primeiro, esforça-se para explicar os fenômenos, depois, constrói essa explicação a partir de uma representação relativamente nova do funcionamento do pensamento” (p.47). No século XVII, a gramática geral se transformará em uma ciência, enquanto as gramáticas particulares serão compreendidas como arte, pois enquanto aquelas se detêm ao genérico pretendido pela ciência, estas se deterão às “particularidades arbitrarias do uso”. No século XVIII, Beauzée proporá um gesto fundamental: encontrar em que categorias universais se baseiam as categorias não-universais.

Por mais que esses estudos se esvaíam no século XIX, Auroux afirma serem herdeiras dessa tradição o que chama de *virada idealista*, nos países germanófonos já no início do século XIX, e o que chama de *virada nativista*, em decorrência do trabalho de N. Chomsky na segunda metade do século XX. Apesar do descompasso de datas, não se pode deixar de reconhecer no *nativismo* chomskyano “uma retomada trivial do transcendentalismo” (p.52). E por mais que Auroux reconheça em Chomsky um dos maiores linguistas do século XX, é preciso concordar que “as exigências de sua formulação não pararam de se enfraquecer, na medida em que se multiplicaram os trabalhos sobre as línguas e sobre as descobertas empíricas. A gramática universal acabou ficando reduzida a alguns princípios gerais e a parâmetros diferentes, a depender das línguas.” (p.52)

Nesse ponto retomamos então a discussão sobre linguagem e razão, uma vez que o nativismo chomskyano apela ao viés transcendental dos universais linguísticos. A tradição racionalista, por sua vez, que domina amplamente a história da filosofia, tomará a razão de modo ainda mais fundamental, já que nesse caso a razão não pode ter *exterioridade*. Isso quer dizer que ela precisa, além de ser autofundadora, ser transparente e reflexiva. “Esse é o sentido profundo da filosofia transcendental: que a razão seja *a priori* e não o produto de uma história contingente significa que ela é a própria origem de si mesma” (p.79).

É aqui que Kant se depara com o problema da diversidade das línguas e, apesar de encarar o pensamento como uma *linguagem universal*

inata, a contingência com as línguas naturais não deixará de produzir obstáculos. Nesse ponto nos deparamos com Wilhelm von Humboldt, definido por Aurox como um “finíssimo analista da diversidade das línguas do mundo” (p.80), que assumiu como legítimo o universo de diversidade linguística, e com essa nova postura pôde se afastar dos “fundamentos transcendentais do kantismo”. Isso foi possível, segundo Aurox, pela introdução de um elemento sensível no modelo explicativo, a saber, a imaginação, e situou-a, por um lado, como “núcleo da atividade humana” e, por outro, instalou nas línguas “a atividade sintética e espontânea que a produz”.

Quando pensamos a linguagem desde o ponto de vista da razão, é fácil perceber o problema que os racionalistas enfrentam e que Aurox sintetiza: o problema é “transferir para a linguagem a transparência, a autorreflexão e a autossuficiência concedida à razão pela filosofia transcendental” (p.80). A tarefa de transferir essas características para a linguagem não se mostra bem-sucedida a não ser na tentativa formalista de criar uma língua livre de heterotopias. Uma vez estando na linguagem, irrompe sempre uma parte fora do corpo demandando sentido.

Trata-se desse *por trás da linguagem*, que não apenas os racionalistas buscam, mas que parece constituir mesmo um *fantasma* para os estudos linguísticos. Segundo Aurox, é desde Aristóteles que “imaginamos que esse “por trás” é constituído por um pensamento, ele mesmo universal” (p.91). Resta sempre então a pergunta sobre *o que seria o pensamento*. Desde então temos dois modelos para apreendê-lo – a via da interioridade, isto é, a via da filosofia transcendental que demanda sobre o sujeito e sua representação; e a via da própria linguagem, isto é, o modelo que dirá que linguagem e pensamento são uma só e mesma coisa. Ainda nesse campo de batalhas, estaremos diante de questões como a universalidade do pensamento, o que desemboca em dizer que quando traduzimos um termo por outro estamos preservando a *mesma significação*; em contrapartida, temos a posição do relativismo linguístico. No século XX veremos um linguista e “etnólogo como Edward Sapir afirmar que “os mundos onde vivem diferentes sociedades são mundos distintos, e não simplesmente o mesmo mundo em outros rótulos” (p.99).

E uma vez que temos esse campo problemático, temos colocado o problema da significação e a pergunta fundamental: “o que é significar para um elemento linguístico que parece, justamente, só existir porque significa?” (p.53). Aurox então delineará o esforço de linguistas e filósofos para compreender a questão, mas aqui deixo a pergunta como heteropia para linguistas e *outsiders*, pois não há dúvida que se há uma questão que demanda o intervalo Linguística<>Filosofia, é a pergunta sobre o sentido.

A *Filosofia da Linguagem*, a despeito do que se tenha coragem de admitir, é de modo irreversível uma zona intervalar. Esse lugar comum propiciado pelo contato entre essas duas disciplinas que possuem parentesco inegável, apesar dos recalques e esquecimentos, deveria ser campo fecundo para a discussão sobre a linguagem. Aliada à Semântica, a Filosofia da Linguagem pode ser campo de ampliação para certos tipos de linguistas e certos tipos de filósofos, pois é certo que ambos os campos, malgrado qualquer diferença moralizante e cientificista, se reconhecem nas perguntas que fazem. Afinal, “de linguagem somos, nela nos perdemos e nos encontramos. Que é a linguagem, para que tal seja nossa condição? E nós quem somos, neste ser que assim se faz e se desfaz?”¹¹, como bem poderiam se perguntar os linguistas e filósofos do futuro.

Notas

1 Doutoranda em Linguística pela Unicamp/FAPESP, sob orientação do Prof. Eduardo Guimarães. Obcecada por cheiros e homônimas, os trabalhos se interessam por Histórias das Ideias Linguísticas, Semântica e Filosofia. E-mail: pourisadora@gmail.com

2 AUROUX, S. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Parábola, 2009.

3 BELO, F. *Linguagem e Filosofia: algumas questões para hoje*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1987.

4 O termo *intervalo* remete ao *Intervalo Semântico*, de Carlos Vogt. Utilizo livremente para dizer de uma zona de contato disciplinar, de modo que as disciplinas não se subsumam.

5 BELO, F. *Epistemologia do Sentido*. Entre filosofia e poesia, a questão semântica. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1991. pp.VIII.

6 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.10.

7 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.10.

8 *Ibid*, p.31.

9 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.32.

10 PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004. pp.20.

11 BELO, F. *Linguagem e Filosofia*. Algumas questões para hoje. Imprensa Nacional: Lisboa, 1983.